

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP

PORTARIA N° \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2003

Regulamenta a cessão de capacidade contratada de transporte dutoviário de gás natural.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no artigo 58 da Lei n.º 9.478, de agosto de 1997, com base na Resolução de Diretoria n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2003, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica regulamentada, pela presente Portaria, a cessão de capacidade contratada de transporte dutoviário de gás natural.

Art. 2º As definições contidas na Portaria ANP n.º XXXXXX, que regulamenta o livre acesso às instalações de transporte dutoviário de gás natural, ou outra que venha a substituí-la, ficam incorporadas a esta Portaria.

Art. 3º O carregador, titular de um contrato de serviço de transporte firme, poderá ceder a um terceiro não transportador, total ou parcialmente, sua capacidade contratada de transporte, respeitados os direitos contratuais do transportador, podendo celebrar, caso necessário, aditivo ao contrato de transporte vigente, relativo à capacidade cedida.

Parágrafo único -A cessão de capacidade não liberará o carregador cedente de suas obrigações contratuais frente ao transportador, exceto em caso de acordo expresso com o transportador, podendo implicar a assinatura de novo contrato de transporte entre o transportador e o carregador cessionário.

Art. 4º As operações de cessão de capacidade serão previamente informadas ao transportador e à ANP.

§ 1º O carregador cedente apresentará previamente à ANP as etapas previstas para a oferta pública de capacidade e procedimentos isonômicos de alocação da capacidade de transporte oferecida, exceto nos casos previstos no § 3º do presente artigo.

§ 2º O transportador poderá realizar, em nome do carregador cedente, as etapas de oferta e alocação de capacidade referidas no caput deste artigo, mediante remuneração a ser negociada entre as partes.

§ 3º As operações de cessão de capacidade contratada de transporte realizadas entre empresas controladas ou coligadas ou por um prazo máximo de 02 (dois) anos poderão ser negociadas diretamente entre o carregador cedente e o carregador cessionário, incluindo-se as condições de preço e forma de pagamento.

Art. 5º As operações de cessão de capacidade contratada de transporte deverão ser

divulgadas e publicadas na página Internet do transportador, num prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do termo ou contrato de cessão de capacidade.

Art. 6º O carregador cedente deverá enviar à ANP cópia do contrato ou termo que estabelece as bases sobre as quais foi efetuada a operação de cessão de capacidade no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do mesmo.

Art. 7º O descumprimento do disposto na presente Portaria implica as sanções administrativas previstas na legislação aplicável.

Art. 8º Os custos concernentes a qualquer cessão de capacidade serão de responsabilidade dos Carregadores cedentes e cessionários.

COMENTÁRIO: o processo de cessão gera custos administrativos e jurídicos que devem ser cobertos pelos carregadores.

Art. 9º ~~8º~~ Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS Diretor-Geral